

Nota de abertura

I

A — «Pelo menos uma dúzia de vezes durante os últimos anos li, em relatórios de congressos e de órgãos científicos, ou em resenhas críticas de certas publicações, que agora a Psicanálise está morta, derrotada e eliminada de uma vez por todas. A melhor resposta a isso, nos termos do telegrama de Mark Twain ao jornalista que publicou a notícia falsa da sua morte, seria: “Informação sobre minha morte muito exagerada” [...] [Mas] afinal de contas, ser declarado morto é melhor do que ser enterrado em silêncio.» Eis o que afirma S. Freud em 1914 ⁽¹⁾.

É conhecido, contudo, que, «morta» pelo menos uma dúzia de vezes antes de 1914, a Psicanálise, como prática e como teoria, foi, desde então, muitas mais vezes declarada «vencida», «ultrapassada», «desmistificada». Nessa «ultrapassagem» a tudo se recorreu: a Hegel e a Marx, mas também às benzodiazepinas e à antropologia cultural, à formação reticular mesencefálica e ao stress da vida urbana, à crítica da assim chamada violência psicanalítica e à atitude não-intervencionista de escuta, ao aparente desprezo pela dimensão social e à ignorância dos determinismos genéticos, à duração da cura e ao «facto» de não haver cura nenhuma, etc., etc.

Porém, e apesar desse desfile de «enterros» da Psicanálise — em nome da Espiritualidade, do Sistema Nervoso, da Rapidez, da Intervenção Social, da Aprendizagem e dos Processos Cognitivos Superiores — apesar desse desfile de «enterros», a Teoria Psicanalítica, os referenciais psicanalíticos, penetraram profundamente no campo da Cultura, e, como é natural, tornaram-se perspectiva não ladeável de qualquer praxis clínica.

⁽¹⁾ S. Freud, *História do Movimento Psicanalítico*, 1914. S. E., XIV.

O analista literário — mal ou bem, para o «mal» ou para o «bem» — convoca-a, no espírito (não esqueçamos que da abertura do possível de uma hermenêutica, Freud, com Marx e Nietzsche, foi um dos principais agentes) ou na letra — não só para uma aproximação explicativa do acto de fazer literatura, mas também para uma maior compreensão dos mistérios do tecido literário; o antropólogo a ela se referencia, para prosseguir os caminhos por ela abertos ou para os contestar; o psicólogo a ela recorre em permanência, ora para, por oposição, fundar uma «técnica» diferente, quando não uma tecnologia pretensamente inovadora, lançando a psicanálise para os terrenos brumosos da «metafísica», ora utilizando-a como componente central do exame psicológico e fio condutor da activação psicoterapêutica.

Claro que, nestes movimentos, o analista literário, o antropólogo, o psicólogo, como tantos outros, muitas vezes vão além daquilo que a própria teoria psicanalítica possibilita, elaborando mitologias portáteis que só valem (provisoriamente) o que vale o poder simbólico (provisório) daqueles que as fabricam. Mas isso é expressão de ambição totalitária de tudo compreender por clausura em discursos fechados, ambição denunciada pela própria teoria e prática analítica, e incompatível, de resto, com a hermenêutica por elas inaugurada.

Não poderá então acontecer que, nesse alastramento pelos terrenos da cultura e nessa incidência em diversos tipos e dimensões da prática clínica, a Psicanálise se perverta, transformando-se em máquina logorreica ou em (discreta) tecnologia de ajustamento?

Em parte, talvez exista esse risco. Contudo, mesmo assim, haverá sempre um espaço de questionamento radical que é aquele que persiste no setting — para além dos discursos que, fora desse contexto, se possam constituir, quando não instituir.

Mas, pior do que a perversão por alastramento, é a perversão por ecletismo e por enclausuramento discursivo. «Sínteses», misturas, comparações, aglutinações, terão um efeito eventualmente pior no devir da Teoria e da Praxis analíticas, do que algumas das suas denunciadas tendências «adaptacionistas». Ou seja: não é certo que os males da 'Ego Psychology', por exemplo, sejam piores do que os de alguns precipitados de um freudo-marxismo mal digerido, ou de um freudo-piagetismo (ou equivalente), normalmente de difícil digestão. Os ecletismos, da 'Ego-Psychology' ou dos freudo-marxismos ou freudo-piagetismos, correspondem provavelmente a «academizações» da interrogação analítica, e, por isso mesmo, podem ser factores de relativo desvirtuamento.

A situação agrava-se, contudo, quando do «academismo» se passa ao fechamento, ao enclausuramento, ao totalitarismo discursivo. A Psicaná-

lise — a Teoria e a Praxis analíticas — mantém-se, hoje, como, uma peste, porque se assume como espaço de um questionamento radical, porque coloca a tónica no Desejo que é sempre subversivo, e, porque no próprio movimento em que se alarga, exige a permanente elucidação dos seus limites, já que o pulsar da sua constituição e delimitação da sua identidade se oferece como momento negativo do saber e da experiência.

Momento negativo porque espaço onde cada elaboração se constrói na desmontagem de uma elaboração anterior, tanto na teoria como na praxis. Neste sentido, o desenvolvimento psicanalítico não é compreensível à luz das epistemologias correntes: o seu progresso não é apenas integrativo, mas obedece a uma lógica singular em que o posterior nega o anterior como coisa desvendada, afirmando-o como simbolização a decodificar de novo.

Momento negativo, mais simplesmente, também, porque da psicanálise se intui a especificidade pelo recurso ao que (dela se inspirando) ela não é.

O reconhecimento na Teoria e na Prática da dimensão inconsciente da vida psíquica, da resistência e da transferência, é, sem dúvida, condição sine qua non para quem se reclama da Psicanálise. Mas, para além disso, como a «determinar» mais precisamente, como aperceber melhor os seus contornos, como delimitar, em última instância, a identidade do psicanalista e a especificidade da sua acção?... E depois, quem pode fazer isso? O próprio analista? — Mas como pode ele próprio afirmar a sua acção transparente, ele que se move em terrenos feitos de opacidades? O Filósofo? — Mas como pode ele entender um discurso que elimina a sacrossanta onnipotência da consciência, e uma prática que sistematicamente recusa ao ser consciente — interrogando-o — a sua tendência para se confundir com a vida psíquica? O Epistemólogo? — Mas como podem os seus referenciais, oriundos da história da Física, da Matemática ou da Biologia, ciências essencialmente externalistas, revelar funcionalidade na análise duma praxis eminentemente plural e desenvolvida num jogo a dois? O Sociólogo, enfim? — Mas a sua inevitável tendência em assinalar, por incompreensão, a ignorância do factor social em Psicanálise, ou o seu descuido em confundir a assimetria das relações na transferência com a assimetria das relações sociais, dificultam-lhe a apercepção adequada da especificidade do analítico.

Evidentemente, estas (rápidas) objecções não se podem confundir com tentativas de invalidação das interrogações filosóficas, epistemológicas ou sociológicas, nem com sugestões implícitas para uma discursividade que delas realizasse a junção. Elas têm apenas por objectivo mostrar como é difícil apreender o perfil próprio da prática e da teoria psicanalíticas, e como é inadequado, para isso, recorrer a referenciais tradicionais, sempre marcados, mais clara ou mais subtilmente por diversos precipitados de uma tradição mais ou menos positivista. Quer dizer que questionar filosoficamente ou epistemologicamente (ou mesmo sociologicamente) a Psicanálise, exige provavelmente alguma renovação dos próprios aparelhos conceptuais

da Filosofia, da Epistemologia e da Sociologia. Espaço de uma hermenêutica, ponto absoluto de interrogação, a Psicanálise acabará por solicitar, de quem a interroga, uma atitude paralela, de auto-interrogação, o que parece convergir, noutras bases, com a ideia, acertada embora provocante, de que é preciso vivenciar o espaço analítico para dele se poder falar com alguma propriedade...

B — Mas, para além das questões de identidade e de especificidade, há ainda, em Psicanálise, o «discurso acerca de —», o saber analítico, que, erguendo-se sobre uma experiência bipolar, procura caracterizar a dinâmica psicológica das diversas maneiras de ser humano, da hipernormalidade à fractura psicótica. A Teoria psicanalítica fala-nos da histeria, da neurose obsessiva, da depressão, da esquizofrenia, etc., e não apenas de tal ou tal histérico, tal ou tal obsessivo, tal ou tal esquizofrénico. Quer dizer que ela funda um discurso de Psicologia Patológica, coerente ainda que aberto.

Qual a aceitabilidade desse discurso, não já no plano das suas relações internas ou com a praxis, mas no plano das suas relações com o(s) seu(s) objecto(s)?

Diversas respostas são possíveis, mas uma, em particular, interessa discutir: o saber analítico seria arbitrário, quer dizer, não seria «objectivo», não teria sido construído de acordo com as normas de indagação científica, não seria falsificável.

Quanto à «objectividade», aquilo que se oferece dizer é que se trata provavelmente de uma noção do passado, a pôr eventualmente em causa quando se identificarem melhor as condições de produção da própria «objectividade», condições que parecem relevar da socio-lógica dos saberes, mais do que de qualquer pretensa tradução directa da «verdade» do «objecto». A «objectividade» será mais do que uma crença partilhada, uma subjectividade plural, ou, no plano que é o nosso, uma versão de intersubjectividade — mas em caso nenhum expressão de um objecto falador.

Quanto às normas de indagação científica que a Psicanálise não respeitaria, pergunta-se: quais as normas de quais indagações científicas? As da medicina experimental de Claude Bernard ou as da Astrofísica? As da História ou as da geometria? As da linguística ou as da Biologia Molecular? As da Matemática... ou as da Psicanálise?

Finalmente, quanto à falsificabilidade, aplicada ao contexto psicanalítico, ou é óbvia, ainda que em moldes próprios, ou é inútil.

Tais observações, centradas em redor da pretensa arbitrariedade da teoria psicanalítica, parecem, aliás, versões mais elaboradas de uma outra objecção, relativa à veracidade da interpretação.

Ora falar, nos termos em que é costume fazê-lo, da «veracidade» de interpretação, é supor que existe um aquém do «símbolo» que seria a coisa «simbolizada», ou, se se preferir, o seu referente. Forma exemplarmente positivista de compreender a atitude psicanalítica que, precisamente, rejeita a noção de referente, e se joga apenas numa movimentação de significantes-significados-significantes, em que, como muito bem assinala M. Foucault, não há nada absolutamente primário a interpretar, porque no fundo já tudo é interpretação, cada símbolo sendo, em si mesmo, não a coisa que se oferece à interpretação mas a interpretação de outros símbolos. Ou seja: todo o interpretandum é já um interpretans.

Ao contrário da interpretação clássica, que através das noções essenciais (e seus derivados históricos) de *convenientia*, *emulatio*, *signatura*, analogia, fundava dois tipos de conhecimento (e seus derivados), a *cognitio* e a *divinatio*, e procurava chegar a um *consensus* oposto ao (diabólico) *simulacrum*, atingindo assim a Ordem perfeita — após a crítica cartesiana, haconiana, (e derivados), cria-se um movimento que culmina em Marx, Nietzsche e Freud, nos quais, justamente, não há multiplicação de símbolos, mas mudança na concepção da natureza da simbolização⁽²⁾ e na forma do processo interpretativo. Interpretar já não é descobrir coisas ocultas, mas elaborar significantes subjacentes, num processo interminável em que nenhum referente é jamais alcançado.

Ao debruçar-se sobre a interpretação, são factos desta natureza que a crítica positivista não tem — nem pode ter — em conta.

Por outro lado, deve acrescentar-se que a discussão em redor da «veracidade» da interpretação, nos termos em que é comumente realizada, ignora que a interpretação não é um dado, mas um processo. Não é, por isso, inútil repetir aqui que ‘de facto’, a interpretação tem critérios de plausibilidade, e que a sua dinâmica concreta não é a da tradução, mas a da elaboração dos obstáculos que se opõem ao devir consciente. Ou seja, o processo articula-se essencialmente em redor do tempo próprio do sujeito e não em redor do saber, o epicentro da dinâmica interpretativa sendo o trabalho sobre a resistência que permite que novos significantes advenham originados do sujeito e não nele «injectados».

Tudo isto é evidente: contudo são estas algumas das evidências sistematicamente esquecidas pelos críticos de inspiração, mesmo que residualmente, positivista.

Convém ainda assinalar que, ao centrarem-se na dinâmica interpretativa — que equacionam inadequadamente —, tais críticas esquecem um outro facto evidente: é que a cura analítica não se esgota exclusivamente

(2) M. Foucault, Nietzsche, Freud e Marx. *Theatrum Philosophicum*, ed. Rés.

na interpretação. No setting analítico ocorrem fenómenos de crucial importância enquanto tais, fenómenos que uma epistemologia da cura analítica não pode ignorar. Enunciando-os ao acaso, refira-se o experienciar, o silêncio, a criação, o jogo, o segredo, a reverberação comunicativa, o fantasiar (como processo alguém do fantasma), etc., etc. Tais fenómenos são centrais na experiência da cura, e não só se situam muitas vezes num eixo diverso do da actividade interpretativa, mas, para tomarem corpo no espaço psíquico do sujeito, solicitam frequentemente uma atitude apenas receptiva, cujo desrespeito se pode precisamente saldar por um atrofiamento dos processos de elaboração, por um rigidificação da organização defensiva, quando não por uma sensação vaga ou nítida de intoxicação mental.

Factos evidentemente conhecidos por confrontação directa com o espaço analítico, mas que infelizmente não são acessíveis ao mero raciocínio filosófico, epistemológico ou sociológico.

C — Finalmente, permita-se que se sublinhe mais uma vez que, ao contrário do que está explícito em algumas críticas de inspiração sociológica, se a psicanálise é atravessada por relações de poder simbólico — porque a vida social é atravessada por essas relações —, ela é também veículo de elaboração de posicionamentos propriamente subjectivos, e, portanto, factor potencial de ultrapassagem da alienação própria a todas as relações de poder.

Evidentemente, ela não as corrige nem altera por si só; permite, contudo, ao sujeito delas deixar de ser vítima no plano psicológico. Para retomar uma expressão de Freud, a psicanálise pode permitir transformar a miséria psíquica em infelicidade banal — mas, com um «psiquismo são», será mais fácil lutar contra aquela e contra as suas origens externas.

Como é perfeitamente compreensível, para este combate, a psicanálise não está nem pode estar armada.

Por outro lado, também não compete à integração analítica explicar a Ordem social, e é na exacta medida em que não o faz, que ela permite ao sujeito descobrir as suas próprias explicações ou aquelas que mais lhe convêm.

Nesta matéria, como em todas as outras, na intervenção analítica sempre foi evitado tudo o que com a tríade manipulação-sedução-manipulação, tão usada em muitas psicoterapias, se pudesse confundir. Como dizia Freud, no V Congresso Internacional de Budapeste, em 1919: «recusamos considerar como nosso bem próprio o paciente que de nós solicita ajuda e se coloca em nossas mãos. Não procuremos nem edificar a sua sorte, nem inculcar-lhe os nossos ideais, nem modelá-lo à nossa imagem com o orgulho de um criador».

Assim se expressa uma componente profundamente humanista da Teoria e da Praxis psicanalíticas, na qual reside, aliás, parte daquilo que motiva que ainda hoje possa ser qualificada de Peste. Peste porque intrinsecamente contraditória com todas as alienações; porque busca de autenticidade num meio social cada vez mais falso e inautêntico; porque até no campo da mais completa fractura psíquica, foi ela, como assinalou mais uma vez M. Foucault, que apagou o reconhecimento da loucura por si própria no espelho do seu próprio espectáculo, e que calou as instâncias de condenação com este intimamente articuladas.

II

São textos psicanalíticos que não escorregam para o campo dos discursos fechados, que não se refugiam numa metapsicologia de tipo essencialmente especulativo, que não caem em artifícios de retórica onde a palavra do Mesmo é eternamente convocada, que não realizam sínteses em momentos em que mais se esperariam interrogações sobre todos os Sistemas, e que, muitas vezes, revelam ainda o fulgor da vivência directa e da relação clínica — são essencialmente textos psicanalíticos desse tipo que agora se apresentam.

Não podemos deixar de agradecer a todos aqueles que conosco colaboraram na elaboração deste número (nomeadamente o Dr. Carlos Trincão, cujo apoio se revelou particularmente dinamogénico) tanto no país como no estrangeiro, e afirmar desde já a vontade de continuar na via agora aberta, tentando divulgar o pensar analítico nas suas diversas incidências, ainda que tendo sempre presente que — como sublinha M. Kahn — as nossas teorias não nos tornam mais sages nem mais infalíveis, mas obrigam-nos a ter em conta a nossa ignorância nos domínios que nos ocupam ⁽³⁾.

FREDERICO PEREIRA

⁽³⁾ Masud Kahn, *Em direcção a uma epistemologia da cura*, contribuição ao sim-
pósio sobre «A função da Teoria na prática analítica», Instituto Francês do Reino-
-Unido, Abril de 1970. Publicado em *The British Journal of Medical Psychology*,
vol. 43, 1970, e retomado em *The Privacy of the Self*, Hogarth Press, 1974.